

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Rovena Rosa/Agência Brasil



MDB sabe que Nunes precisa do apoio de Bolsonaro

A sintonia fina de Ricardo Nunes em São Paulo

A cerimônia de posse de Aldo Rebelo como secretário de Relações Internacionais de São Paulo acabou sendo um grande ato de força em favor da candidatura do prefeito Ricardo Nunes à reeleição. Teve a presença de líderes importantes do MDB, como o próprio presidente do partido, deputado Baleia Rossi (SP), e governadores como Helder Barbalho, do Pará, e Paulo Dantas, de Alago-

as. Acabou se tornando um importante ato de afirmação de apoio do MDB à candidatura, especialmente pela presença de emedebistas que são aliados do governo Lula. E acabou coincidindo com nova rodada da Paraná Pesquisas que mostra Nunes colando em Guilherme Boulos (Psol) na corrida pela prefeitura. Agora, os dois aparecem empatados: Boulos com 33%, e Nunes com 32%.

Perspectiva

Realista, o comando do MDB traça como perspectiva uma vitória de Boulos no primeiro turno. Mas, então, uma chance maior de Ricardo Nunes de vencer na virada para o segundo turno. Desde que, porém, ele saiba manter-se em campo mais neutro, longe dos extremos.

Desafio

E aí está o desafio da sintonia fina. Na avaliação dos caciques do MDB, Ricardo Nunes tem que evitar a todo custo a polarização, para onde Boulos precisa empurrá-lo. O desafio de Nunes é ter os votos dos bolsonaristas, mas sem ficar colado demais em Bolsonaro.

Valter Campanato/Agência Brasil



Desafio é ter Bolsonaro sem se colar demais a ele

Nunes precisa ser o candidato de Bolsonaro, e não ser

Inicialmente, os caciques do MDB vinham aconselhando Nunes a não ir à manifestação convocada por Bolsonaro para o domingo (25). Ao final, acabaram avaliando que é melhor que ele vá. Porque o grande problema seria Bolsonaro ao final descolar-se do apoio a Nunes e o PL lançar o deputado Ricardo Salles (SP) ou algum outro nome. Isso

dividiria os votos à direita, favorecendo Boulos. A avaliação do cenário da pesquisa com e sem o deputado Kim Kataguiri (União-SP) ajuda a mostrar como a divisão dos votos conservadores favorece Guilherme Boulos. Sem Kataguiri, Ricardo Nunes ultrapassa Boulos. Fica com 34,7% contra 33,4% de intenções de voto no caso para Boulos.

Tabata

Boulos tem um complicador ao centro: a deputada Tabata Amaral (PSB). No cenário com Kim Kataguiri, ela fica com 9,7% e Kim com 5,2%. Com Kim fora da disputa, Tabata vai a 10,5%. E Boulos não cresce nada: no primeiro cenário ele tem 33%; no segundo tem 33,4%.

Defesa

Mas se Bolsonaro avaliar que precisa de alguém para defendê-lo na maior cidade do país, esse já não seria o caminho. Para o MDB, se Nunes for nessa direção, pode acabar ficando somente com os votos mais extremados. Há dados que apontam rejeição alta a Bolsonaro.

Caminhos

A dificuldade de Ricardo Nunes, segundo os caciques emedebistas, estará no que Bolsonaro espera para a sua candidatura. Se o ex-presidente quiser apoiar alguém para ter a chance de vencer a eleição, o caminho seria aderir à reeleição do prefeito de São Paulo.

Rejeição

O MDB tem dados que apontam rejeição de 70% a Bolsonaro em algumas regiões da cidade. Bate com dado de uma pesquisa do Datafolha de setembro do ano passado, que aponta que 68% dos paulistanos não votariam em um candidato identificado com ele.

Pasta da Saúde garante verba extra a aliados

Cabo Frio, onde filho da ministra é secretário, é beneficiado

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Por Ana Paula Marques

No ano passado, o governo do presidente Luiz Inácio Lula (PT) privilegiou prefeitos e governadores aliados e do PT com verba extra liberada pelo Ministério da Saúde, para financiar ações em hospitais e ambulatórios. O levantamento foi feito pelo jornal Folha de S. Paulo e confirma o privilégio dado ao município de Cabo Frio, denunciado pela coluna Magnavita.

Estados como o Maranhão do governador Carlos Brandão (PSB), o Rio Grande do Norte gerido por Fátima Bezerra (PT) e o Pará de Helder Barbalho (MDB) lideram os repasses feitos em parcela única, em sua maioria realizados no final do ano de 2023. Os repasses são de R\$ 121 milhões, R\$ 105 milhões de reais e R\$ 89 milhões, respectivamente.

Outro grande beneficiário é o município do Rio de Janeiro, que recebeu R\$ 360 milhões, também em dezembro. Dentro do estado, o município de Cabo Frio, conforme noticiado no Correio da Manhã na coluna Magnavita recebeu R\$ 55 milhões após Márcio Lima Sampalo, filho da ministra da Saúde, Nísia Trindade, ter assumido a Secretaria de Cultura.

Em 2023, segundo o jornal, a verba adicional encaminhada somou R\$ 1,37 bilhão e foi distribuída a mais de 60 secretarias. O montante foi encaminhado após pedidos por “reforços” para financiar atividades de média e alta complexidade.

O ministério diz que seguiu critérios técnicos. “A atual gestão deparou com serviços subfinanciados e políticas de saúde em risco sem a garantia de orçamento necessário em todo país”, afirmou a pasta.



Repasses da Saúde privilegiaram aliados

Pasta cobiçada

Ainda em 2023, durante as primeiras negociações do Centrão para obter cargos no governo petista, o Ministério da Saúde se tornou um dos principais alvos do colegiado, que ainda mantém pressão constante sobre o governo para conseguir mais recursos da pasta. Mesmo o presidente da Câmara dos Deputados e líder do Centrão, Arthur Lira (PP-AL), queria a pasta sob sua sigla.

A Saúde é o quinto ministério na lista dos que mais recebem verbas para investimentos da união, totalizando 6,5 em 2023, segundo dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

O ministério também é um dos que mais recebem requerimentos de informação apresentados pela oposição para serem analisados nas comissões temáticas da Casa. No pós-carnaval,

a ministra é questionada sobre a chegada da vacina contra a dengue nos postos de saúde. Até o momento, foram ao menos três pedidos cobrando detalhes sobre a distribuição do imunizante.

A pressão vem também do próprio Lira, que enviou ofício à ministra da Saúde para questionar a transferência de recursos para Estados e municípios pela Pasta. Na solicitação, ele recebeu apoio de seis partidos, cinco deles da base aliada e as assinaturas foram recolhidas em 6 de fevereiro, durante reunião na Residência Oficial da Câmara. O presidente da Casa questiona os critérios adotados para liberação dos recursos, “quais são os parâmetros utilizados para fixação do teto das Emendas Parlamentares” e “quais os critérios utilizados e respectivos valores per capita para repasse”.

Cabo Frio

Essas também foram as perguntas feitas pelo Correio da Manhã ao Ministério com relação à denúncia do repasse milionário a Cabo Frio. O repasse para o município foi feito no ano passado depois que uma comitiva, incluindo a prefeita, esteve no gabinete de Nísia Trindade.

O presidente Lula parece querer diminuir a pressão na pasta. Ele encontrou a ministra na terça-feira (20) para tratar justamente da liberação desses recursos. Lira já declarou que há muito tempo tem se queixado da falta de cumprimento por parte do governo em seus acordos, principalmente no caso de liberações de emendas, o que nos últimos meses aumenta a tensão entre o deputado e o Palácio do Planalto.

Pedido de impeachment de Lula tem 122 assinaturas

Por Gabriela Gallo

Após recentes falas polêmicas de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) referentes à guerra entre Israel e o grupo Hamas, a oposição ao governo viu uma oportunidade para tentar protocolar um pedido de impeachment contra o atual presidente da República. Até esta terça-feira (20), os deputados federais conseguiram 122 assinaturas para o documento. Inicialmente, a proposta era encaminhar o pedido de impeachment contra Lula ainda na terça, porém, devido às adesões de última hora, os deputados pretendem coletar mais assinaturas antes de entregar o documento para o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Nesta quarta-feira (21), os deputados vão se encontrar com a bancada evangélica para discutirem a proposta e, eventualmente, recrutar mais deputados interessados em aderir ao pedido.

A deputada Carla Zambelli (PL-SP), idealizadora da proposta, argumentou que, segundo a lei de impeachment (Lei nº 1079/1950), Lula não se manteve neutro quanto à guerra e, nas palavras da parlamentar, trouxe a possibilidade de o Brasil ser envolvido na guerra do Oriente Médio. “Lula se junta a países como o Irã, que tem como base o terrorismo”, disse a parlamentar.



Oposição colheu 122 assinaturas pelo impeachment

Já o deputado federal Marcel Van Hattem (NOVO-RS) acusou o presidente Lula pelo crime de racismo, alegando que as falas do presidente foram antissemitas. “Sua manifestação é antissemita. Comparando hoje a reação legítima de Israel ao ataque terrorista, ao crime bárbaro de genocídio cometido por Hitler durante a Segunda Guerra Mundial apresentando o nazismo. Isso é inaceitável”, acusou Van Hattem.

Lira

O líder da oposição na Câmara, deputado Carlos Jordy (PL-RJ), manifestou satisfação na mobilização dos parlamentares para derrubarem Lula

após o caso, mas cobrou que o presidente Arthur Lira acate o pedido.

Todavia, nos bastidores Lira não tem o mesmo posicionamento dos deputados. As informações são do colunista do UOL Tales Faria. Lira teria conversado com o presidente Lula por telefone e teria dito que “iria jogar no lixo” o pedido de impeachment por considerar que o pedido é “inconsistente”.

Relembre

Em entrevista com a imprensa, no domingo (18), Lula fez duras críticas à forma como Israel vem atuando contra palestinos na Faixa de Gaza, alegando que a resposta de Israel é totalmente desproporcional ao

que ocorreu em Israel e não é um ataque contra soldados, mas contra civis. O presidente – que sempre criticou a atuação do Primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu –, comparou os bombardeiros e ataques contra a Faixa de Gaza com o Holocausto. “O que está acontecendo na Faixa de Gaza, com o povo palestino, não existiu em nenhum outro momento histórico. Aliás, existiu quando Hitler decidiu matar os judeus”, declarou Lula.

A declaração foi polêmica e, nesta segunda-feira (19), Lula foi considerado pelo governo israelense como “persona non grata”, termo diplomático usado para afirmar que uma pessoa não é “bem-vinda” pelo governo do país.

Gabriela Gallo